

JORGE DUARTE • ANTONIO BARROS
ORGANIZADORES

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

ANA LUCIA ROMERO NOVELLI
ANTONIO BARROS
ANTÔNIO MARIA GOMES DE CASTRO
CICILIA MARIA KROHLING PERUZZO
EDUARDO MANHÃES
ELOI JUNITI YAMAOKA
FERNANDO BASTOS
FLOR MARLENE E. LOPES
HENRIQUE CODATO
IDA REGINA C. STUMPF
ILUSKA COUTINHO
ISAAC EPSTEIN
ISABEL TRAVANCAS
JOÃO JOSÉ AZEVEDO CURVELLO
JORGE DUARTE
JOSÉ MARQUES DE MELO
LUIZ CARLOS ASSIS IASBECK
MARCIA YUKIKO MATSUUCHI DUARTE
MARGARIDA MARIA KROHLING KUNSCH
MARIA CRISTINA GOBBI
MARIA DAS GRAÇAS TARGINO
MARIA EUGÊNIA BELCZAK COSTA
MURILO CESAR SOARES
ROBERTO PENTEADO
ROGÉRIO DINIZ JUNQUEIRA
SAMANTHA CASTELO BRANCO
SÉRGIO DAYRELL PORTO
SONIA VIRGÍNIA MOREIRA
SUZANA MARIA VALLE LIMA
WILSON CORRÊA DA FONSECA JÚNIOR
WILSON DA COSTA BUENO

editora
atlas

2ª Edição

2

A elaboração do projeto de pesquisa

Antonio Teixeira de Barros

Rogério Diniz Junqueira

"...sem dúvida, os cânones metodológicos são muitas vezes expedientes técnicos e, ao mesmo tempo, obrigações morais..."

(Merton, 1970, p. 652)

A elaboração do projeto de pesquisa, por mais pragmática que seja, é uma atividade acadêmica como qualquer outra e, portanto, requer reflexão e conhecimento teórico. Assim, além de apresentarmos um roteiro para a construção do projeto, propomos, antes, uma breve, porém necessária, reflexão acerca do papel da teoria para a pesquisa social.

1 Teoria e pesquisa social: elementos para compreender essa relação

Contrariando uma crença muito difusa entre profissionais de comunicação (e, infelizmente, não apenas entre eles), é preciso, antes de mais nada, afirmar: **os fatos não existem.**

A crença na existência de uma realidade objetiva, passível de ser percebida sem filtros, é fortemente tributária da tradição positivista. Tal tradição defendia a possibilidade do conhecimento, desde que o cientista soubesse despir-se das pré-noções (os preconceitos, os valores etc.) de sua cultura, da sua sociedade e de seu tempo e, simultaneamente, procurasse entender e explicar o mundo valendo-se, exclusivamente, dos pressupostos de uma ciência positiva (objetividade, neutralidade, imparcialidade). Em tal caso, segundo aquela tradição, o cientista positivista (e somente ele) conseguiria perceber a "realidade dos fatos", inacessível aos homens comuns, presos às visões e armadilhas do senso co-

num.¹ No entanto, vale avisar, desde já, que, atualmente, essa singela crença na existência dos fatos por si mesmos não encontra eco nem mesmo entre muitos neopositivistas.

Os fatos não existem. Melhor: os fatos não existem por si mesmos, em um estado bruto. Os “fatos” só existem a partir de nossa observação. E toda observação é orientada por um conjunto de representações e de esquemas, por intermédio dos quais os seres humanos percebem, interpretam, classificam, dividem, compreendem os fenômenos que têm diante de si. Esses conjuntos de representações são o que, entre outras coisas, constitui o que se pode chamar “teoria”. Essa teoria não precisa ser necessariamente científica, afinal, o senso comum também é provido de conjuntos de esquemas interpretativos da assim dita realidade. Embora não estejamos acostumados a pensar o senso comum enquanto um arsenal de teorias, elas, à sua maneira, também estão lá. Afinal, o senso comum é dotado de conjuntos (ainda que não sistematizados) de representações e de esquemas interpretativos da realidade. Tais conjuntos são, entre outras coisas, constituídos de crenças sobre a concatenação de causas e efeitos (ou seja, de espécies de “modelos explicativos” não científicos) relativos aos eventos humanos, naturais e sobrenaturais.²

O que importa aqui, então, é dizer que as teorias (científicas ou não) dão formato, significado e sentido, classificam, ordenam, produzem e alteram tanto a percepção quanto os fenômenos que são comumente chamados “fatos” ou “realidade”. Ou seja: **os “fatos” não existem por si mesmos, pois toda observação é teoricamente orientada.**

De modo simplificado, podemos afirmar que as teorias são como prismas através dos quais o observador olha e procura enxergar, reconhecer e interpretar o mundo. Mas o que ele vê e como ele vê dependem do prisma e do *contexto* no qual ele, observador, encontra-se situado. Pois esse contexto é constitutivo da leitura de mundo que será feita, pois incide nas capacidades e possibilidades de observador se valer (adequadamente ou não) dos instrumentos interpretativos e valorativos oferecidos pelo prisma utilizado, na composição e recomposição des-

1 Seguindo tal raciocínio, somente haveria jornalismo neutro e objetivo, capaz de entender e narrar a “realidade dos fatos”, se o profissional de imprensa adotasse (sempre e exclusivamente) todos os passos de uma pesquisa científica nos moldes da tradição positivista. Seriam os jornalistas cientistas? Cientistas positivistas? Se as respostas forem ambas negativas, os que crêem ainda em jornalismo neutro e objetivo encontram-se um passo atrás do Positivismo do século XIX.

2 A teoria científica (ou, simplesmente, *a teoria*) é um conjunto de pressupostos, postulados, definições e proposições descritivas que, articulados entre si, constituem o esquema conceitual de referência geral, do qual são sucessivamente deduzidas as *hipóteses* (suposições específicas acerca das relações existentes entre as *variáveis*, que, por sua vez, são os fatores singulares identificados com base na teoria e verificáveis empiricamente). Vide: Crespi (2003, p. 22) e Crespi e Fornari (1998).

se prisma e, enfim, na relação deste último com outros esquemas e maneiras de perceber e avaliar. O contexto social no qual as teorias são empregadas, além de ser *condição de produção* da interpretação que será realizada, fornece também as *condições de possibilidade* dos esquemas interpretativos por elas oferecidos. Segundo Paulo Meksenas (2002, p. 15):

“Não olhamos senão por meio do modo como pensamos, e pensamos de acordo com o nosso lugar na história. Um pescador que nunca viveu em grandes metrópoles talvez tenha dificuldades em focalizar um amigo no meio de uma multidão, mas, inserido em seu lugar social, visualiza os cardumes distantes e que se aproximam da costa.”

Aquilo que os seres humanos percebem ao observar o mundo é, portanto, *produto* de uma operação muito complexa, na qual estão envolvidos o sujeito observador, o objeto observado, os esquemas interpretativos utilizados pelo observador e o contexto em que tal observação se dá e adquire ou encontra sentido. Isso sem falar que, no caso das ciências sociais (no interior das quais a comunicação se inclui), os objetos observados não são jamais uma coisa inerte, sem vontade própria. Eles podem interagir com o observador e, inclusive, reagir às suas interpretações, pois são *sujeitos* dotados de capacidade auto-reflexiva e fornecem, eles mesmos, interpretações acerca de suas situações. E ainda mais: não se pode esquecer que a própria presença do observador em determinado cenário já produz alterações no panorama observado. E ainda: o olhar do observador enseja mudanças no objeto observado e vice-versa.³

Em outras palavras: o objeto de estudo é *construído* no âmbito de uma *relação social* e, por isso, não pode existir de forma autônoma da perspectiva teórica adotada e do contexto no qual ela é empregada. O saber nasce em uma relação estreita com o contexto sociocultural, com as tradições consolidadas na comunidade (a científica ou outra) à qual pertence o sujeito observador (o cientista ou outrem) e com as suas experiências de vida (CRESPI e FORNARI, 1998).

O mundo não é imediatamente apreensível sem que o ser humano se valha de algum instrumento para percebê-lo, interpretá-lo e avaliá-lo. E ele o faz sempre a partir de um determinado contexto. Se existe alguma percepção do mundo, existe antes um conjunto de esquemas de percepção, interpretação e avaliação que, de algum modo, a possibilitou, no interior de um certo cenário social, cultural, econômico, político etc.

³ Para Bachelard (1972, p. 249), “uma descoberta objetiva é imediatamente uma ratificação subjetiva. Se o objeto me instrui, ele me modifica”.

Se a realidade fosse imediatamente compreensível na sua complexidade, toda a ciência seria inútil. No entanto, o conhecimento científico e, sobretudo, as ciências sociais e da comunicação se ressentem fortemente dos contextos sociais nos quais são produzidos. Em virtude disso, por exemplo, em um mundo no qual a “dominação masculina” está fortemente ancorada em nosso inconsciente, questões concernentes às relações de gênero passaram décadas praticamente despercebidas nas reflexões efetuadas pelos cientistas sociais. Foi preciso que o feminismo⁴ e outros movimentos insistissem em apontar e desmascarar componentes explicativos, interpretativos e classificatórios, produzidos nas ciências sociais tradicionais, impregnados por uma visão de mundo a serviço do domínio masculino e heterossexual.⁵

4 Vista a partir de um prisma antimachista, a história, por exemplo, passou por um profundo processo de revisão e de releitura. Além disso, o discurso feminista dirigiu seus olhares sobre a unidade doméstica, a escola, o Estado, o mundo do trabalho, as artes, a mídia, a universidade, os movimentos sociais, a Igreja, as ciências etc., promovendo uma autêntica revolução nas maneiras de encarar e avaliar tais instâncias e os processos sócio-históricos em que estão envolvidas (confira, por exemplo, BENHABID e CORNELL, 1987; BOURDIEU, 1998; BUARQUE DE HOLLANDA, 1994; BUTLER, 2003; LOURO, 1997).

5 Outro exemplo importante: as “teorias racistas” européias dos século XIX. O chamado “racismo científico”, no apogeu da expansão neocolonial, defendia que o modelo mais elevado da espécie humana seria o nórdico europeu, cabendo ao negro africano o degrau inferior. Dizia que a miscigenação comportaria a decadência das espécies, pois as conduziria a um grau de “degenerescência” que poria fim às suas capacidades reprodutivas, levando a humanidade à extinção. Tais teorias, à época, fundamentaram conspícua parte da produção científica em todo o mundo, nas mais diversas áreas (sociologia, antropologia, direito, medicina, urbanismo, psicologia etc.) e culminaram com o nazismo alemão, em cujos campos de extermínio, médicos e outros cientistas planejavam, administravam, dirigiam e decidiam “cientificamente” quem deveria viver ou morrer (FOUCAULT, 1988; BERTANI, 1994). Essas teorias foram amplamente empregadas nos primeiros anos da República no Brasil. Porém, elas passaram, aqui, por um processo de retradução. Em um momento de grandes transformações sociais e econômicas, elas foram enxertadas nos quadros locais de referência das relações raciais, servindo para reforçar a hegemonia racial branca. Os intelectuais brasileiros não eram passivos receptores de idéias produzidas no exterior. Além de escolherem “aquelas [teorias] que lhes permitiriam sintonizar-se melhor com a realidade brasileira contemporânea”, eles as viam “através de sua realidade” (COSTA, 1999, p. 373). Eis aí uma das razões para a miscigenação não ter sido, aqui, tão severamente condenada, como foi na Europa e na América do Norte. Segundo um novo sistema de representações genuinamente local, os “mulatos” estariam, biológica e evolutivamente falando, a meio caminho entre os negros e os brancos. A mestiçagem era louvada e não criminalizada: era vista como possibilidade de resgate da “qualidade da raça”, pois o “sangue bom e forte” (o branco), prevaleceria, e o país, no arco de algumas décadas, estaria inteiramente branco. O então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, o cientista João Batista Lacerda, ao participar do I Congresso Internacional das Raças, em Londres, em 1911, apresentou a tese de que seria “lógico” supor que, na entrada do século XXI, os mestiços teriam desaparecido do Brasil, “fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós”. Neste sentido, convergia o incentivo à imigração européia: embranquecer e elevar a qualidade do patrimônio genético nacional, segundo os princípios do paradigma à época dominante: o eugenismo.

Enfim, para o arripio dos positivistas, que querem um conhecimento científico neutro, é preciso reconhecer que até mesmo as teorias científicas são constituídas no âmbito de cenários que transcendem o campo acadêmico e científico. Tais cenários são caracterizados, entre outras coisas, por embates e reacomodações de valores, de visões de mundo, de posições e de tomadas de posição que, ao mesmo tempo, compõem, orientam, dão significado e ressignificam as teorias, seus pressupostos e suas possibilidades de aplicação estratégica.

Em outras palavras: o conhecimento não se configura como um mero reflexo neutro de “fatos objetivos”. Ele é, antes, produto de uma intervenção ativa de pontos de vista particulares, a partir dos quais a “realidade” é pensada, estudada, construída e modificada. Ou seja, os “fatos” dependem da perspectiva teórica adotada, pois são também formados tanto por ela quanto – é preciso insistir – pelo contexto no qual esse processo de construção tem lugar.

À pergunta se um dia será possível construir uma teoria neutra e, assim, atingir uma compreensão “límpida e sem filtros”, livre de qualquer condicionamento social ou de interesses contingentes, a resposta é negativa. O simples (e indispensável) desejo de atingir a compreensão profunda dos fenômenos já indica a presença de uma concepção que tem na desmistificação, no desvelamento das aparências, seu valor e eixo fundador. Não há possibilidade de realização de qualquer forma de pensamento fora de um contexto social. Não há ciência sem historicidade. Não existe conhecimento *desinteressado* (HABERMAS, 1982).

O conhecimento científico é também conhecido por “conhecimento crítico”. Sem teoria crítica, não existiria apreensão crítica da “realidade”. O *pensamento crítico ou científico* possui dois momentos fundamentais. Primeiro, ele desconfia da *aparência* dos fenômenos, tal como o senso comum ou outras teorias científicas nos fazem percebê-los. Em um segundo momento, ele desconfia de suas próprias conclusões, submetendo suas investigações e conclusões ao olhar crítico de outros analistas, que, por sua vez, poderão propor novas interpretações. E assim *ad infinitum*, segundo a lógica e a dinâmica dos conflitos próprios do campo científico e acadêmico. Assim, a observação científica é sempre uma observação *polêmica* (BACHELARD, 1971, p. 16), pois é construída *contra* um conhecimento anterior (idem, 1972, p. 250). A teoria científica, por conseguinte, avança por retificações, isto é, pela “integração das críticas que tendem a destruir as imagens existentes no momento em que a ciência dá os primeiros passos” (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1999, p. 174 ss.).

Por esta razão, é, para muitos, um sacrifício abandonar o conforto e a segurança oferecidos pelos conhecimentos do senso comum (BACHELARD, 1972, p. 225). Embora também seja empírico, o senso comum o é de um modo nada rigoroso, pois tende a confundir essência com aparência, é ametódico, assistemático, fragmentário, não pressupõe uma componente desmistificadora

da realidade nem se preocupa em submeter suas afirmações a novas críticas. Mesmo possuindo capacidade de reelaboração e de atualização, a dinâmica do senso comum não é pautada pelas exigências e turbulências da (por vezes, incômoda, mas quase sempre fascinante) crítica científica.⁶

Todo estudioso que pretenda empreender um projeto de *pesquisa científica* em ciências sociais deverá, então, se munir de um certo estoque de erudição teórica (de natureza filosófica e científica) e adotar os procedimentos metodológicos e técnicos pertinentes, segundo os objetivos e possibilidades postos pela própria pesquisa social. Caso contrário, usará apenas ou pouco mais do que os confortáveis esquemas teóricos do senso comum, construídos, no mais das vezes, a partir de uma “experiência ingênua do mundo social” (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1999, p. 32). Sucumbirá facilmente aos esquemas do conhecimento espontâneo e “descobrirá” o que o senso comum já informava sem ensinar, mas apenas persuadindo.⁷ E, mesmo se talentoso na arte de escrever, confundirá os resultados da investigação com opiniões resultantes de sua familiaridade com os aspectos do mundo social que pretendia cientificamente analisar.⁸

A teoria (científica, se entende), enfim, é um momento necessário e constitutivo do estudo científico dos fenômenos sociais e, entre eles, os da comunicação. No entanto, o desenvolvimento das teorias relativas às ciências da comunicação apenas pode dar-se pela *observação empírica* dos fenômenos que dizem respeito às diversas instâncias de elaboração, circulação e recepção de seus produtos, tanto em termos materiais quanto simbólicos. Por isso, as ciências da comunicação (como as demais áreas das ciências sociais) são chamadas “ciências empíricas”. Nelas, a teoria cumpre, sobretudo, papel instrumental vol-

6 Não se defende, aqui, o divórcio completo entre conhecimento científico e senso comum. Apesar de serem dotados de diferentes “expectativas de validade”, são formas de conhecimento cuja interação pode, por certos versos, se revelar profícua (SANTOS, 1989, p. 31-45). Ademais, é preciso lembrar que até o mais rigoroso cientista, quando deve falar sobre algo que esteja fora de sua especialidade, faz uso do senso comum. E mais: os próprios procedimentos especificamente científicos podem estar embebidos de elementos próprios do senso comum, pois há sempre numerosos interstícios entre eles, que podem ser preenchidos por elementos mais práticos do assim chamado “conhecimento espontâneo”.

7 Segundo Santos (1987, p. 56 ss.), o senso comum não resulta de uma prática especificamente orientada para produzi-lo e, por isso, ele se reproduz espontaneamente na cotidianidade. Ele é retórico e metafórico, pois não ensina, apenas persuade.

8 Não basta alguém ser “testemunha ocular da História” para poder declarar-se proprietário da única forma de interpretação plausível do mundo social de seu tempo. Diferentes testemunhas de um mesmo evento (dotadas de diferentes instrumentos de percepção e avaliação da realidade, situadas em posições sociais diversas ou imersas em situações sociais distintas) produzirão interpretações diferenciadas. Expressões como “Eu estava lá, eu vi, eu sei” revelam, antes de mais nada, um misto de ingenuidade e despreparo, podendo, em casos mais graves, acusar um quadro de delírio de onipotência cognitiva.

tado à observação. Ou seja, suas teorias são passíveis de revisões contínuas, com base nas experiências de observação dos fenômenos. Há, portanto, uma relação estreita e virtuosamente circular entre teoria e pesquisa social empírica. A teoria orienta a pesquisa, e esta contribui para a definição e redefinição daquela. Em outras palavras: a observação empírica poderá conduzir o observador a detectar problemas, contradições, lacunas, equívocos na teoria por ele utilizada. Ele estará, então, diante de uma formidável oportunidade para propor revisões, acréscimos, correções ou, até mesmo, substituições parciais ou integrais (tanto de pressupostos, postulados, definições e proposições, quanto de esquemas conceituais) por outros que julgar (e preferivelmente demonstrar) serem mais pertinentes e adequados para uma *explicação* mais plausível e uma *compreensão* mais abrangente e satisfatória do fenômeno estudado.

Assim, vale insistir: a pesquisa social não pode, em nenhum caso, prescindir da elaboração de teorias, paradigmas conceituais e explicativos que orientam a própria pesquisa, pois indicam, em cada passo dela, os critérios com base nos quais o pesquisador deverá selecionar os elementos e os fatores a serem levados em consideração (CRESPI, 2003, p. 21, 22, 174). A pesquisa social deve, portanto, construir seu objeto e, por conseguinte, construir seus “dados”. Assim como fatos não existem simplesmente, não existem tampouco dados em estado bruto, prontos para serem singelamente coletados pelo pesquisador que sejam válidos independentemente de qualquer construção teórica. A realidade social fornece dados “pré-construídos”, os quais o pesquisador deverá, antes, “desconstruir”. Os “dados” carecem sempre de interpretação e precisam ser integrados no interior de uma *problemática* científica.⁹ Jamais poderão “falar por si mesmos” (CHAMPAGNE, et al., 1996, p. 226-227). Para dizê-lo com uma expressão bachelardiana, o “fato científico” é *conquistado* (contra a ilusão do saber imediato), *construído* e *constatado* (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1999, passim).

Importa frisar, então, que a *validade*¹⁰ de uma pesquisa social, além de referir-se aos critérios formais de rigor científico (segundo paradigmas intersub-

9 Para melhor compreensão acerca da concepção e dos momentos das *problemáticas*, vide, por exemplo: Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 89-106.

10 As unidades de análise levadas em consideração nas ciências sociais e da comunicação (indivíduos, grupos sociais, organizações, instituições sociais etc.) variam enormemente de uma para outra, no tempo e no espaço. Assim, os resultados da pesquisa social não podem ter sua validade calculada nos mesmos moldes das ciências físico-naturais. As *leis sociais* são leis históricas, que jamais poderão ter a abrangência reivindicada pelas leis físico-naturais. Nas ciências sociais, os modelos explicativos (relacionados com as correlações causa-efeito) dificilmente podem extrapolar de muito os confins dos contextos específicos de onde foram feitas as observações. Cabe, no entanto, ao cientista social o direito (e o dever) de procurar analogias em outros cenários que apresentem semelhanças históricas e estruturais com aqueles inicialmente estudados com base nos modelos precedentes (BOURDIEU, 1983, p. 37; BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1999, PASSIM E MARRADI, 1980, p. 99).

jetivamente codificados), deve, inclusive, dizer respeito à utilidade prática dos seus resultados. Além disso, as pesquisas realizadas em *ciências empíricas* como essas devem revestir-se, direta ou indiretamente, de uma dimensão ativa de transformação da realidade social (idem, *ibidem*, p. 187). A validade de uma teoria em ciências sociais deve ser medida “com base na sua capacidade de colocar em evidência os aspectos considerados relevantes para a compreensão dos processos que norteiam a construção da realidade social” (CRESPI, 2003, p. 22), com vistas a oferecer meios para a melhor compreensão da sua complexidade e para a sua transformação.

Por último, mas não menos importante: afirmar que a realidade é *socialmente construída* não equivale a dizer que a realidade não exista. Existe, mas existe socialmente (BERGER e LUCKMANN, 1987; BOURDIEU, 1992). A moeda, por exemplo, não é um simples “fato”: é algo socialmente instituído. Acaso alguém deixaria de dar ou aceitar dinheiro ao saber que a moeda é uma *instituição social*? O agente social informado disso tenderá, mesmo assim, a continuar a aceitar e a repassar a moeda no curso de suas transações no mercado. Todavia, ele poderá, também, manter uma relação menos *naturalizada* com ela, com o mercado e com a sociedade. Ele entenderá que a moeda e o mercado não são dados da natureza, mas construções sociais que obedecem a leis (sociais e históricas) de organização social, resultantes das relações entre os homens e as sociedades. Ao perceber isso, o ser humano passa a se ver como um agente que pode incidir, até radicalmente, nos processos de transformação da realidade socioeconômica, como também de tantas outras.

2 Roteiro para a elaboração de um projeto

2.1 Primeiro passo: a escolha do tema

As habilitações acadêmicas e profissionais em comunicação social são muito férteis em possibilidades temáticas para pesquisa. Tanto o jornalismo, como a publicidade, as relações públicas, a televisão, o rádio, o cinema permitem diferentes leituras e análises. O primeiro passo é a escolha de um tema específico, com uma abordagem determinada. Mas como definir um tema diante de tantas possibilidades? É importante optar por um tema relacionado com os interesses acadêmicos do pesquisador ou com sua experiência e/ou perspectivas de trabalho, área de atuação ou objeto de curiosidade acadêmica. Escolher corretamente o tema é crucial para o êxito do trabalho. A escolha implica observar uma série de fatores fundamentais, como:

- **Afinidade:** o pesquisador deve sentir-se à vontade com o assunto escolhido. Convém eleger um que lhe seja minimamente familiar ou par-

ticularmente desafiador. Pode estar relacionado com a área em que pretende atuar ou já atuou ou com uma disciplina que lhe desperta interesse. Pode ser útil para testar uma hipótese ou descobrir processos de trabalho, analisar bibliografia ou organizar idéias e informações dispersas na literatura acerca de uma área temática. Pode optar por analisar casos, situações, fenômenos relacionados com o campo acadêmico ou profissional. Alguém que entenda de *rock* poderá preparar um estudo sobre a cobertura desse tipo de música pela imprensa ou a campanha publicitária de um grande evento ou festival, por exemplo. Interessado em Ciência? Poderá ter como tema a motivação dos editores para trabalhar na área. Gosta de novas tecnologias? Poderá fazer um trabalho sobre a produção da notícia em *sites* ou, quem sabe, analisar o resultado. Assim, o trabalho parecerá mais fácil e menos desgastante. Haverá mais motivação e prazer.

- **Oportunidade:** a pesquisa pode ser oportunidade para exercitar a capacidade de ler, refletir, investigar, analisar, selecionar, redigir. Portanto, pode representar também o passo inicial para uma especialização no tema. Quem sabe ser preparatória para um mestrado, um livro, uma futura pesquisa mais ampla? O estudo pode, igualmente, preencher lacunas teóricas do estudante. É uma oportunidade para assimilar conceitos importantes ao bom desempenho de suas futuras atividades acadêmicas ou profissionais, assim como aprofundar conhecimentos ou dar continuidade a pesquisas anteriores. Pode ser também ocasião de aproveitar um tema relevante e atual para dele tratar com afinco. Uma guerra, uma competição, uma campanha publicitária, uma mudança na linha editorial de um veículo, uma reforma gráfica. Convém, então, ter senso de oportunidade.
- **Relevância:** o trabalho deve ter importância, não somente para o pesquisador, mas também para quem estiver interessado ou tiver domínio no assunto. Deve-se buscar um assunto que desperte interesse e represente avanço, mesmo que aparentemente limitado, mas consistente no conhecimento sobre o assunto. Cabe indagar a si mesmo: que relevância esta pesquisa terá, que contribuição ela poderá dar a quem se interessar pelo tema? O pesquisador deve empenhar-se para realizar um trabalho que, mesmo limitado, agregue valor, acrescente algo novo ao que já existe. O orientador é quem geralmente tem a capacidade e experiência para fazer esta avaliação. A banca examinadora saberá que o candidato ao título pleiteado é neófito em pesquisa, mas certamente terá desejo de também aprender com o que ele descobriu.
- **Propriedade:** o tema escolhido deve relacionar-se direta ou indiretamente com a área de atuação ou interesse do pesquisador. É possível e

até recomendável que um estudioso da habilitação de publicidade se debruce sobre fenômenos da comunicação em geral, mas será arriscado que analise questões relacionadas, por exemplo, a aspectos da área de engenharia de telecomunicações. Fugir do tema também pode ser erro grave. Comprometido está, por exemplo, o trabalho do estudioso que iniciar pesquisa sobre gêneros jornalísticos e, ao final, chegar a conclusões relativas a gêneros literários.

- **Delimitação:** muitos jovens pesquisadores tendem a optar por temas excessivamente amplos. Além disso, ao tratar-se de temas abrangentes, geralmente fica-se na superfície. No caso de monografia, por exemplo, como o nome diz, é estudo de tema único (mono), claramente delimitado, tratado na profundidade possível. Em linguagem simples, vale a analogia do funil. É necessário *afunilar* o tema. Em vez de pesquisar o universo, pesquisa-se determinada estrela. Em vez de analisar um bairro inteiro, estuda-se a parede do próprio quarto. Uma monografia (ou mesmo uma dissertação ou tese) não é projeto de enciclopédia, mas a análise de tema específico, com rigor, clareza e foco.
- **Realismo:** nada de aventurar-se em empreitadas impossíveis. Há, vez ou outra, a tentação de se optar por assuntos de difícil abordagem, com metodologias complexas para o tempo disponível, entrevistados talvez desinteressados ou literatura inacessível. O momento não é para heroísmo. Embora ousadia seja sempre bem-vinda, é preciso “ter os pés no chão”. A empolgação do início poderá dar lugar à frustração no final. O tempo correrá, e o pesquisador não conseguirá concluir o estudo dentro do prazo. Antes, é recomendável optar por assunto cuja análise seja factível e o trabalho de campo, acessível ao pesquisador.

Umberto Eco, no livro *Como se faz uma tese* (1999), apresenta algumas regras para a escolha do tema de pesquisa: (a) deve ser reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente por outros, ou seja, deve ser aceito como cientificamente relevante por uma comunidade de pesquisadores; (b) uma vez escolhido o tema da futura pesquisa, é conveniente o pesquisador descrever qual foi sua trajetória intelectual até chegar a ele – como se sentiu atraído por ele? que matérias despertaram seu interesse durante a graduação? que autores lhe inspiraram?

2.2 Segundo passo: a delimitação do objeto de estudo

O objeto de estudo deve ser restrito, específico, bem delimitado, formulado a partir do tema do trabalho. Um tema pode gerar vários objetos. Ao restringir o foco, evita-se ficar perdido pelo caminho, ou que a amplitude demasiada implique pouca profundidade. Um exemplo: um aluno de graduação ou de pós-gra-

duação está interessado em comunicação ambiental. Trata-se de algo interessante, instigante, desafiador. Mas amplo. Como dar a precisão necessária ao tema? É necessário limitá-lo no tempo, no espaço, no tipo de mídia, como analisá-lo com um foco claro e preciso. Citamos abaixo algumas possibilidades de objetos de estudo. Trata-se de um exemplo da área de Jornalismo, mas que é ilustrativo para qualquer área:

- Objeto 1: A gestão de crises provocadas por desastres ambientais: a Petrobras no caso do acidente X.
- Objeto 2: Responsabilidade social na área ambiental: estudo de caso da empresa X.
- Objeto 3: O marketing ambiental do WWF Brasil na divulgação do projeto X.
- Objeto 4: As fontes da revista *Veja* na cobertura de transgênicos em 2004.
- Objeto 5: Os critérios de noticiabilidade do *Globo Repórter* na cobertura sobre a fauna e a flora brasileiras.
- Objeto 6: O noticiário ambiental veiculado pelo telejornal local no primeiro semestre de 2004.
- Objeto 7: A trajetória profissional de jornalistas brasileiros que se especializaram em meio ambiente na última década: histórias de vida de cinco jornalistas (*Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Braziliense* e *Gazeta Mercantil*).
- Objeto 8: A opinião jornalística sobre meio ambiente: análise de conteúdo de textos opinativos.

Essas não são as únicas possibilidades. Dezenas de outras seriam possíveis e igualmente (ou mais) criativas, interessantes, viáveis e úteis. O importante é ter consciência da necessidade da delimitação de objetos de pesquisa. Cabe lembrar ainda que a monografia (o que também vale para dissertação ou tese) não é um estudo global e abrangente sobre o assunto, mas a análise consistente de um ou alguns aspectos relacionados ao mesmo.

2.3 Terceiro passo: a formulação do problema

Uma vez determinado o tema, é necessário formular a pergunta (ou várias) de partida. É preciso problematizar o tema. Como? Parte-se de uma pergunta, a qual pode gerar outras. São tais perguntas que serão respondidas (ou discutidas) ao longo da pesquisa.

Rudio (1999, p. 96) apresenta uma série de questões que podem ajudar o jovem pesquisador a formular o seu problema de pesquisa e verificar sua viabilidade:

- a) o problema pode ser resolvido por meio de uma pesquisa científica?
- b) o problema é suficientemente relevante a ponto de justificar que a pesquisa seja feita?
- c) trata-se realmente de um problema original?
- d) a pesquisa é factível?
- e) ainda que seja relevante, o problema é adequado para mim?
- f) pode-se chegar a uma conclusão que tenha méritos acadêmicos?
- g) tenho a necessária competência para planejar e executar um estudo sobre o tema proposto?
- h) os dados, que a pesquisa exige, podem ser realmente obtidos?
- i) há recursos financeiros disponíveis para a realização da pesquisa?
- j) terei tempo para sua execução?
- l) serei persistente?

2.4 Quarto passo: a formulação das hipóteses

A formulação das hipóteses ajuda a encontrar um norte para a pesquisa. A partir da hipótese, percebe-se qual rumo deve ser seguido. As hipóteses passam a ser a busca de uma resposta para a questão inicial. Essa resposta pode ser a confirmação parcial ou total da hipótese ou até mesmo a negação dela. É importante ressaltar que o pesquisador não deve forçar a confirmação de suas hipóteses. Acima de tudo está o exercício da investigação.

2.5 Quinto passo: a formulação dos objetivos

Os objetivos traduzem-se, em nível prático, nas ações que serão realizadas pelo pesquisador, a fim de atingir seus fins. Trata-se, portanto, de elementos factíveis, viáveis e não genéricos ou abstratos. Estão relacionados com a operacionalidade da pesquisa, com o problema de pesquisa e as hipóteses. São os objetivos que delimitam o foco do estudo, processo iniciado com a formulação do problema e das hipóteses. Os objetivos podem ser divididos em dois níveis:

1. **gerais:** determinam, em nível macro, as ações que levarão ao desenho geral da execução da pesquisa, sem perder de vista a instância pragmática;
2. **específicos (ou operacionais):** expõem, em nível micro, todas as ações necessárias para responder às questões apontadas na problemática da pesquisa, de tal forma que permitam a confirmação ou refutação das hipóteses.

2.6 Sexto passo: as justificativas da pesquisa

As justificativas são as razões do pesquisador para a escolha de todos os ingredientes de seu trabalho, tanto em nível teórico como metodológico, técnico ou prático. Um orientador experiente rapidamente percebe se a pesquisa se justifica ou não. Mas, para o neófito, é mais um passo no sentido de organizar as idéias, ver se o trabalho efetivamente trará alguma contribuição, se possui relevância. Em nível mais abrangente, deve-se explicitar a importância de sua pesquisa e de seus desdobramentos. Em termos específicos, é útil justificar:

- a) a escolha do tema (por que é importante?);
- b) a delimitação do objeto de estudo (por que a escolha recaiu sobre o processo de recepção, por exemplo?);
- c) o enfoque (por que, por exemplo, estudar tal objeto sob o ponto de vista da Semiótica?);
- d) o período do estudo (por que estudar a propaganda governamental na época da ditadura militar?);
- e) os instrumentos utilizados para a coleta dos dados (por que questionários ou entrevistas?);
- f) o tipo de material (por que estudar revistas especializadas em moda ou automóveis?);
- g) os tipos de dados (primários ou secundários) e fontes utilizados (por que tal tipo de dados ou de fonte?);
- h) o tipo de pesquisa (por que um estudo de caso?);
- i) a escolha da metodologia (por que usar análise de conteúdo e não de discurso?).

Provavelmente, não há necessidade de justificar todas as opções. O detalhamento, entretanto, é útil para o próprio pesquisador, pois passa a haver clareza nas alternativas disponíveis, nos critérios de escolha e na decisão tomada. Para o orientador, passa a certeza de que o pesquisador sabe exatamente o que significa cada escolha, mostra sua coerência e critérios de decisão. Ao mesmo tempo, outros elementos poderão também ser justificados, desde que relevantes para o estudo.

2.7 Sétimo passo: descrição dos procedimentos metodológicos

A definição dos procedimentos metodológicos é um dos grandes desafios no processo de elaboração do projeto e do próprio trabalho final. A literatura em métodos e técnicas de pesquisa é ampla e muitos pesquisadores iniciantes perdem-se com a quantidade de títulos e opções disponíveis, com a variedade de

técnicas de coleta de dados e até com diferentes nomenclaturas utilizadas pelos autores da área. Na realidade, a lógica do método científico é comum a todas as obras, mesmo com eventuais formas de apresentação diferentes por parte dos vários autores. Por isso, a tarefa é mais simples do que parece, desde que se saiba exatamente o que se quer pesquisar. Na monografia, dissertação ou tese, os passos metodológicos deverão ser bastante detalhados, mas no projeto a tarefa mais importante é identificar o método a ser empregado ou as técnicas para coleta e análise do material de pesquisa e ter consciência de sua validade e limitações.

As técnicas de pesquisa disponíveis na literatura são como um conjunto de ferramentas. A escolha adequada da ferramenta de trabalho é fundamental para conseguir êxito na pesquisa. As opções são várias, mas a definição deve ser feita a partir do problema de pesquisa e do objeto de estudo. Podemos examinar um tema de pesquisa a partir de revisão da literatura, análise de conteúdo, análise de discurso, entrevistas, estudo de caso ou mesclar diversos tipos. O autor pode apresentar um trabalho crítico, a partir de pesquisa em várias fontes, fazer uma pesquisa de campo, desenvolver um estudo etnográfico. Pode realizar uma análise de conteúdo de um programa de TV ou uma revisão bibliográfica sobre um tema novo e relevante, uma pesquisa de clima organizacional ou de imagem institucional. Muitas vezes, a possibilidade de utilizar uma técnica desafiadora é o principal atrativo de uma pesquisa, tornando-a mais estimulante e criativa.

2.8 Oitavo passo: a construção do referencial teórico

O referencial teórico consiste na utilização de teorias científicas reconhecidas no campo de conhecimento em que se insere o trabalho proposto, a fim de sustentar os argumentos das hipóteses e fornecer explicações plausíveis sobre os fenômenos observados. O método para a construção do referencial teórico é o dedutivo, ou seja, vai-se do geral para o específico. Isso significa que, a partir de teorias gerais ou de longo alcance, o pesquisador estabelece relações com o seu objeto específico de pesquisa de forma lógica, relacional e aplicativa.

Essas relações são construídas pelo próprio pesquisador. Mas o referencial teórico não é mera compilação de conceitos ou justaposição de pensamentos e opiniões de diferentes autores. Devem ser estabelecidos critérios claros para a pesquisa bibliográfica e a redação dos capítulos teóricos, os quais devem ser coerentes, coesos e diretamente relacionados com o objeto de estudo. Não é adequado que se descrevam todas as teorias de comunicação, por exemplo, se apenas uma delas se aplica ao estudo. Deve-se concentrar, por exemplo, com profundidade e de forma analítica, naquela que pode ser aplicada no caso em estudo. Aliás, o referencial teórico não deve consistir na descrição ou na transcrição de conceitos, mas na análise de tais conceitos, de forma crítica e aplicada.

Outra observação necessária diz respeito à diferença entre capítulos teóricos e capítulos históricos. Muitos pesquisadores iniciantes, quando perguntados sobre o referencial teórico, respondem que estão escrevendo a história da Internet, por exemplo. Esse é um equívoco irremediável. O histórico de determinado fenômeno comunicacional não tem, necessariamente, relação com a teoria que dele trata, mesmo que uma breve contextualização histórica ajude a compreender determinados conceitos ou teorias, além de situar o leitor. Mas é preciso ir além. Talvez seja por isso que ainda hoje são comuns capítulos de monografias, dissertações e teses com longos dados históricos em forma de cronologia linear, como “história da TV”, “história das Relações Públicas”, “história da Publicidade”, “história do cinema”. Esses capítulos, em geral, consistem em mera compilação de fontes bibliográficas de amplo acesso e não apresentam contribuição nem à formação do jovem pesquisador, nem ao trabalho.

2.9 Nono passo: o sumário preliminar

Na seqüência, um exercício recomendável é a elaboração do sumário preliminar do trabalho. O sumário funciona como um mapa do trajeto a ser seguido, mesmo que, eventualmente, seja necessário mudá-lo. Ele ajudará a organizar previamente a estrutura do trabalho e facilitará a compreensão das tarefas a serem cumpridas. O sumário preliminar deve detalhar a quantidade de capítulos e uma breve descrição do conteúdo de cada item ou capítulo.

Uma vez determinada a síntese do estudo, o pesquisador deve avançar e preparar o seu projeto. Os elementos típicos de um projeto são os seguintes:

1. identificação do projeto: nome da instituição, da faculdade, do curso, do aluno, do professor-orientador;
2. descrição do tema da pesquisa;
3. título provisório do trabalho;
4. delimitação do objeto de estudo;
5. problema de pesquisa;
6. hipóteses;
7. objetivos;
8. justificativas;
9. metodologia;
10. referencial teórico;
11. cronograma de execução;
12. bibliografia básica.

BENHABID, Seyla; CORNELL, Drucilla (Ed.). *Feminism as critique*. Oxford: Basil Blackwell, 1987 (tradução brasileira: Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, s/d).

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987 (edição original: Doubleday, 1966).

BERTANI, Mauro. *La malattia giudaica*. Bologna: Università degli Studi di Bologna, 1994 (paper).

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Risposte: per un'antropologia riflessiva*, Loïc Wacquant (a cura di). Torino: Bollati Boringhieri, 1992 (edição original: Paris: Seuil, 1992).

_____. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998 (tradução brasileira: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999).

_____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999 (edição original: Paris: HESS: Mouton, 1968).

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Tendências e impasses: feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (edição original: Routledge, Chapman & Hall, 1990).

CASTRO, Cláudio de M. *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Rémi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996 (edição original: Paris: Dunod, 1989).

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

CRESPI, Franco. *Manuale di sociologia della cultura*. Roma: Laterza, 2003.

_____; FORNARI, F. *Introduzione alla sociologia della conoscenza*. Roma: Donzelli, 1998.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1 (edição original: Paris: Gallimard, 1976).

FRANÇA, J. L. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

GARCIA, E. A. C. *Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos*. São Paulo: Atlas, 1998.

GARCIA, Maurício. Normas para elaboração de dissertações e monografias. Disponível em: <http://www.uniabc.br/pos_graduacao/normas.html>. Acesso em: 26 maio 2000.

- HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (edição original: Frankfurt: Suhrkamp, 1968).
- HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. *Monografia no curso de direito*. São Paulo: Atlas, 1999.
- ISKANDAR, Jamil Ibrahim. *Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos*. Curitiba: Champagnat, 2000.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____; _____. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/UFMG, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MERTON, Robert K. A ciência e a ordem social; A ciência e a estrutura social democrática. In: _____. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970. p. 637-650; 651-662.
- MARRADI, A. *Concetti e metodi per la ricerca sociale*. Firenze: Giuntina, 1980.
- MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.
- MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2001.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. Atividade de pesquisa e produção de texto. *Textos Didáticos*, Campinas: IFCH, Unicamp, nº 33, 1999.
- OLIVEIRA, S. L. *Tratado de metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. *O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica*. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de. *Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas*. 7. ed. Campinas: Papirus, 1998.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RUIZ, João A. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

SÁ, Elisabeth Schneider de (Coord.). *Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.

_____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático científico na universidade*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SPINA, Segismundo. *Normas para trabalhos de grau*. São Paulo: Ática, 1984.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.